

CONTAS PÚBLICAS

Valor foi antecipado pelo ministro Haddad, que quis evitar especulações sobre reunião da Junta de Execução Orçamentária. Detalhes serão conhecidos na segunda-feira

Reprodução/CNN Brasil



Os integrantes da Junta de Execução Orçamentária decidiram congelar R\$ 15 bilhões do Orçamento. No anúncio, apenas Haddad falou

Governo corta R\$ 15 bi para acalmar mercado

» HENRIQUE LESSA
» RAFAELA GONÇALVES

O governo vai represar R\$ 15 bilhões do Orçamento deste ano. O anúncio foi feito ontem pelos ministros que integram a Junta de Execução Orçamentária (JEO), após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A revisão dos números é necessária para o cumprimento da meta fiscal, que permite um rombo de até 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), algo perto de R\$ 29 bilhões.

O anúncio deveria ser feito na próxima segunda-feira, quando será divulgado o relatório bimestral de receitas e despesas. Porém, “para evitar especulações” em torno do valor discutido ontem pela JEO, a equipe resolveu antecipar apenas o número. Como têm repercutido negativamente, no mercado financeiro, as declarações de Lula sobre o tema fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quer aprimorar a comunicação do governo sobre assuntos da área econômica.

“Trouxemos ao presidente da República os números da área econômica para fazermos um

entendimento sobre o cumprimento do arcabouço fiscal. Estamos falando da execução orçamentária de 2024 e nós vamos ter que fazer uma contenção de R\$ 15 bilhões para manter o cumprimento do arcabouço fiscal até o final do ano”, disse Haddad. O chefe da equipe econômica apontou que, com o corte, as contas do governo devem fechar dentro da banda da meta fiscal, mas com a expectativa de ficar no topo da banda negativa, o que significa um saldo negativo de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) — algo próximo a R\$ 29 bilhões de déficit.

A preocupação de Haddad com a comunicação do governo é tanta que ele não permitiu a nenhum dos ministros presentes na entrevista coletiva, tomar a palavra. Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento, por exemplo, tentou, por várias vezes, esclarecer questões trazidas por repórteres, mas não teve acesso ao microfone. Também participaram a ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, e o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

Dos R\$ 15 bilhões suspensos, R\$ 11,2 bilhões serão bloqueados,

porque se referem ao crescimento das despesas acima do nível máximo previsto pelo novo arcabouço fiscal, que estabelece em 2,5% em relação ao ano anterior, mais a inflação. Outros R\$ 3,8 bilhões serão contingenciados, já que a arrecadação foi menor que a prevista na Lei Orçamentária.

Haddad apontou que os cálculos para o corte não levaram em consideração a compensação da desoneração da folha determinada pelo Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional. “A Receita, por prudência, neste momento, não está considerando compensação, ou seja, se as negociações com o Senado avançarem, esse contingenciamento pode ser revisto”, disse o ministro.

Programas sociais

Mais cedo, Simone Tebet, descartou cortes em programas sociais. Ela disse que haverá cortes em benefícios fraudulentos para equilibrar contas do governo. “A gente consegue fazer a revisão de gastos com inteligência, com racionalidade, mas com justiça social, sem penalizar quem mais precisa. Agora, nós precisamos

fazer cortes, porque não se pode gastar mais do que arrecada, porque lá na ponta quem vai pagar o preço são as pessoas que mais precisam”, disse em entrevista ao programa Bom Dia, Ministra, da EBC.

Segundo a ministra, os bloqueio e contingenciamento também não afetarão obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que já foram iniciadas. “O PAC está preservado, ainda que tenhamos que fazer cortes temporários, contingenciamento ou bloqueios em obras de infraestrutura, faremos naquelas que não iniciaram”, declarou.

A chefe do Planejamento negou ainda cortes no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e em outros programas sociais. “Estamos analisando suspeitas no INSS, em benefícios. Não vai acabar com o BPC. Muito pelo contrário. O BPC é uma política sagrada para quem precisa, para aposentados que não conseguiram contribuir, para pessoas com deficiência.”

Ela citou como exemplo o pente-fino realizado no Bolsa Família, que conseguiu redistribuir R\$ 12 bilhões.

Previsão de PIB fica em 2,5% este ano

» RAPHAEL PATI

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda manteve a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) — conjunto de bens e serviços produzidos no país — em 2,5% este ano. Até a última quarta-feira, a expectativa era de que a equipe econômica revisasse para cima a projeção de crescimento, com a contribuição de resultados positivos do setor de serviços e comércio, mas o Boletim Macroeconômico, divulgado ontem, não trouxe alterações.

De acordo com a SPE, a piora nas expectativas para a agropecuária foi um dos fatores decisivos para a manutenção da previsão atual. Neste último boletim, a variação esperada para o PIB agropecuário recuou de -1,4% para -2,5%. O cenário é reflexo da queda das estimativas para a safra de soja, milho e trigo em 2024, além dos impactos causados pela tragédia ocorrida em maio no Rio Grande do Sul, que afetou diversas lavouras.

As chuvas intensas no Sul são, também, um dos fatores que reforçam uma desaceleração da atividade econômica no segundo trimestre do ano. O MF projeta uma queda moderada de 0,6%. “A calamidade no RS em maio explica parcialmente a desaceleração no crescimento no trimestre, afetando principalmente as

Diogo Zacarias



Secretário Guilherme Mello divulga boletim macrofiscal, que manteve previsão para PIB

estimativas de expansão da agropecuária e da indústria de transformação”, pontua a secretaria.

Apesar disso, a projeção do PIB segue estável desde maio. Nesta última publicação, a SPE revisou o crescimento da indústria, de 2,4% para 2,6%, e dos serviços, de 2,7% para 2,8%. Outros pontos positivos levantados pela equipe econômica foram o avanço da massa de rendimentos e as condições menos restritivas de crédito, além do nível menor de desemprego.

Mesmo com a manutenção da expectativa para o PIB, a equipe econômica revisou a projeção para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2024. A nova previsão indica uma inflação de 3,9%, ante 3,7% do último boletim. Segundo a SPE, a estimativa já leva em conta os

impactos causados pela alta no preço do dólar, além da calamidade causada pelas chuvas no sul. Para o ano que vem, a secretaria prevê uma inflação de 3,3%.

Sobre a desancoragem do câmbio, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, considerou que não é preciso temer uma alta ainda maior do dólar no mercado brasileiro e que nos próximos meses, a moeda norte-americana deve voltar ao mesmo patamar observado em abril deste ano. Na época, a moeda era vendida a preços entre R\$ 5,10 e R\$ 5,20. Atualmente, a cotação do dólar comercial ante o real está em R\$ 5,55.

Em relação à resposta negativa do mercado sobre a condução da política fiscal do governo

Lula, Mello entende que as oscilações se baseiam apenas em “interpretações”. “Eu acredito que a gente trabalha, no Ministério da Fazenda, em entregar dados, fatos, decisões e ações concretas. Como elas vão ser interpretadas, obviamente é importante, mas não é algo necessariamente que está sob o controle, seja da autoridade monetária, seja da autoridade fiscal e econômica”, disse o secretário durante coletiva na tarde de ontem.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, revelou que pediu “parcimônia” à SPE para alterar, ou não, a previsão atual para a atividade econômica deste ano. O chefe da pasta ainda reforçou que é preciso agir com “bastante cuidado” antes de alterar a estimativa.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Estupros, a cultura violenta que nasce dentro de casa

Um dos aspectos mais perversos e desumanos da polarização política e ideológica que desagrega o tecido social o brasileiro é a cultura da violência, que está se tornando hegemônica na sociedade, a partir de alguns conceitos que se apropriam do senso comum, porém, fogem ao completamente ao bom senso. Nunca houve tanta gente armada no Brasil nem um sentimento tão amplo a favor de que isso ocorra, mas os indicadores de violência mostram que a outra face da justiça pelas próprias mãos, da suposta autodefesa e do prendo e arrebo é o aumento da violência doméstica, principalmente contra crianças, que é fruto de uma situação de opressão no âmbito familiar.

Nesta quinta-feira, o país ficou chocado com a notícia de que a cada seis minutos ocorre um estupro no Brasil. As meninas (88%), principalmente negras (52%), com menos de 13 anos (62%), são a maioria das vítimas. Somente em 2023, foram 83,9 mil casos registrados, um aumento de 6,5% em relação a 2022. O 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado ontem também mostra a que 76% das vítimas são vulneráveis (menores de 14 anos) e que, nesses casos, 64% dos agressores são familiares e 22%, conhecidos da família. Ou seja, o local mais perigoso para essas crianças não era a escola nem mesmo a rua, mas a própria casa (65%).

Existe uma “cultura do estupro”, uma mentalidade e um contexto social que retroalimentam essas estatísticas. Ao lado de rica cultura popular, que passa pela música, o grafite, a paixão pelo futebol, também vicejam comportamentos sociais e culturais negativos. Por serem seculares, o machismo e a misoginia, por exemplo, são tolerados e até estimulados, de forma direta ou indireta, de uma geração para a outra, ou seja, estão “naturalizados”. O termo “cultura do estupro” foi cunhado pelo movimento feminista da década de 1970 exatamente para apontar comportamentos que relativizam ou silenciam sobre a violência sexual.

O conceito permanece atual, haja vista a frequência com que as denúncias de abusos sexuais surgem na mídia, muitas vezes feitas por mulheres famosas, que levaram até décadas para tomar coragem e denunciar os agressores poderosos. Não à toa as crianças são as mais vulneráveis: a “cultura do estupro” nasce dentro de casa, a partir de uma barreira de intimidação, silêncio e medo, na qual mulheres e crianças foram aprisionadas.

No Brasil, a faixa mais vulnerável é de 10 a 13 anos (32%), seguido de 5 a 9 anos (18%) e de 0 a 4 anos (11%). É chocante saber que a faixa dos bebês registre 68,7 casos por 100 mil habitantes, muito acima da média nacional de estupros, de 41,4 casos/100 mil habitantes. Em casos de estupros de maiores de 14 anos, a tendência do local das agressões é a mesma: 52% ocorrem em residências. Os agressores também são próximos às vítimas: em 31% dos casos são familiares e em 28%, parceiros íntimos. Entre 2011 e 2023, o número de estupros cresceu 91,5% — eram 43,4 mil casos e, agora, o valor é quase o dobro, 83,4 mil. Desde 2021, o número apresenta tendência constante de crescimento, após ter queda durante a pandemia da covid-19.

Culpa da vítima

A notificação de violência doméstica também aumentou: foram 258.941 vítimas, crescimento de 9,8% em relação ao ano anterior. O número de mulheres ameaçadas subiu 16,5%: foram 778.921 que denunciaram essa situação à polícia. Além disso, o aumento dos registros de violência psicológica cresceu para 33,8%, totalizando 38.507 mulheres. Já o crime de stalking (perseguição) também subiu, com 77.083 mulheres alvos, um aumento de 34,5%.

O caldo de cultura é a tendência a culpar as vítimas de estupro, que se fundamenta em princípios de moral e bons costumes. Desse modo, os que culpam a mulher por ser vitimada, alegam que o estupro não ocorreria caso ela tivesse comportamento diferente, usasse outras roupas, só frequentasse ambientes familiares, entre outras coisas. A ideia de que mulher que se dá ao respeito não é estuprada é falsa, machista e misógina, porém, está muito sedimentada. A tese da criminalização do aborto em caso de estupro trafeja por aí; a punição proposta seria prender a vítima e obrigá-la ter o esturador como pai de seu filho.

Quando nasce, um bebê já é cercado de expectativas: espera-se de um menino que seja agressivo; se for menina, que seja delicada. Cada gênero tem um roteiro já preconcebido. Não apenas no seu âmbito familiar, mas também no entorno: os parentes e os amigos, a vizinhança, a sociedade. Desde cedo, está definido o que eles deveriam ser, antes mesmo que possam descobrir o que querem, o que lhes afeta e como lidam com suas próprias emoções. Meninos são criados para serem corajosos e se arriscarem, enquanto as meninas buscam a beleza e a perfeição. Precisam provar a força da sua própria sexualidade, mesmo que isso venha fazer deles um esturador.

O estupro é o único crime em que se presume que a vítima esteja mentindo. Se uma pessoa assaltada na rua pode registrar a ocorrência sem dificuldade, quando a mulher registra uma denúncia de estupro, ela é a suspeita. É que silenciar e/ou responsabilizar a vítima são características da cultura do estupro. Quando o sigilo se perde, a credibilidade da vítima é posta em xeque, por policiais, advogados, médicos e até juízes.